Prefeito de Vitorino vai ao Legislativo falar de permuta de terrenos para área industrial

Redação
redacao@diariodosudoeste.com.br

Na noite da segunda-feira (21), o prefeito Marciano Vottri (União Brasil), esteve na sessão da Câmara de Vitorino, para nas palavras dele "apresentar a verdade", apresentando a condução feita pelo Município para a criação de nova área industrial no bairro Araucária Park, no limite com São Lourenço do Oeste (SC).

Marciano afirmou que ainda em 2021, foi evidenciado pelo Município a necessidade de novas áreas industriais, com a finalidade de fomentar novos empreendimentos em Vitorino.



Marciano Vottri esteve na Câmara de Vitorino na noite de ontem

De acordo com o prefeito, como o Município não possuía terrenos em áreas industriais, começamos um estudo para identificar possibilidade de imóveis para aquisição, ao mesmo tempo em que foi constatado um relativo patrimônio de terrenos residenciais no bairro Araucária Park, devido ao seu crescimento nos últimos anos.

"Um estudo técnico foi feito, onde foi levantado as áreas que o Município poderia estar abrindo mão, sem comprometer o crescimento populacional e interferir nas áreas institucionais (imóveis destinados a praças, unidades de saúde, escolas, entre outros)", comentou Marciano.

Conforme o prefeito, para a permuta dos imóveis residenciais — no bairro Araucária Park, e uma área industrial às margens da PR-280 —, foi realizada Audiência Pública e o projeto tramitou no Legislativo, onde mesmo tendo recebido votos contrários, foi aprovado.

Marciano recordou que mesmo com a realização da Audiência Pública, e trâmite na Câmara municipal, algumas denúncias foram feitas ao Ministério Público do Paraná (MPPR), tanto perante ao Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (Gaema), como na Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público, neste último onde era questionado o valor de avaliação dos imóveis, e que resultou em um Inquérito Civil, para averiguação, que teve em setembro, a determinação da Promotora de Justiça, Silvana Cardoso Loureiro pelo arquivamento do processo.

"É importante que a população entenda que todo o esforço do Município para a permuta dos terrenos resultou em um incremento no patrimônio municipal, e que é o primeiro passo para o lançamento de um complexo industrial, que vai ter um resultado bastante positivo na geração de emprego e renda em Vitorino", pontuou Marciano.

Câmara aprova Projeto de Lei que atualiza Serviço de Inspeção Municipal

Assessoria

Em Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Pato Branco, realizada na segunda-feira (21), foram aprovados cinco projetos em primeira votação, entre eles, Projeto de Lei nº 199, de 2022, de autoria do Executivo que dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA), no Município.

De acordo com a mensagem do Executivo, a legislação municipal do SIM/POA possui 25 anos. No texto enviado para a Casa de Leis a justificativa de que "a atualização é requisito para que o Município de Pato Branco possa participar do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF)."

Créditos

Na mesma sessão, foram aprovados em primeira votação créditos especiais e suplementares.

Um dos créditos, requer o montante de R$ 1.038.170,00, junto à Secretaria de Educação de Cultura do Município. Pela justificativo, o valor é referente a termos de compromissos com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e contrapartidas municipais e será destinado para aquisição de três ônibus para o transporte escolar.

Também foi aprovado o Projeto de Lei nº 186, de 2022, autorizando a abertura de crédito especial no orçamento, no valor de R$ 462 mil, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. O recurso deve ser utilizado na implantação de serviços de acolhimento provisório, na Casa de Passagem do município.

Outros R$ 150 mil foram aprovados em crédito especial, também junto à Secretaria de Assistência Social. O recurso é proveniente de Emenda Parlamentar do deputado federal Hugo Leal Melo da Silva, destinada a Instituições de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial. O

CÂMARA PB



Os projetos devem voltar ao plenário ainda esta semana

valor de R$ 50 mil será enviado para a Fundação Pato-Branquense do Bem Estar (Fundabem), e deve ser utilizado na aquisição de quatro aparelhos de ar-condicionado, uma caixa acústica, duas camas elásticas, uma campainha de alarme, uma lavadora de alta pressão, duas piscinas de bolinha e quatro tatames; já o valor de R$ 100 mil, será destinado à Instituição Missão Vida Nova e será destinado à execução de despesas de custeio.

Governo propõe reforma administrativa para fortalecer próxima gestão

AEN

O Governo do Paraná encaminhou na segunda-feira (21) para a Assembleia Legislativa uma mensagem de lei propondo a reorganização da estrutura administrativa do Estado para a gestão de 2023-2026. O objetivo é melhorar o atendimento ao cidadão e a eficiência da máquina pública. Serão criadas nove secretarias, desmembradas a partir da estrutura atual, e cargos equivalentes para o gerenciamento das novas políticas públicas.

A mudança tem como foco valorizar áreas que estão cada vez mais em evidência na sociedade e prepara o Paraná para enfrentar os desafios dos próximos anos em alguns segmentos, principalmente olhando para um passado recente com as crises hídrica e na saúde (pandemia). Com as alterações, o objetivo é continuar as políticas de investimento público nos municípios, de proteção ao meio ambiente e de geração de emprego e renda que fizeram o Estado ter a quarta maior economia e o título de mais sustentável do País.

As novas secretarias serão Justiça e Cidadania; Ação Social e Família; Mulher e Igualdade Racial; Cultura; Esporte; Turismo; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho, Qualificação e Renda; e Inovação, Modernização e Transformação Digital. Nessa mudança, algumas superintendências criadas na reforma administrativa em 2019 passam a ter status de Secretaria.

Também haverá mudanças de nomenclatura em algumas já existentes, dando origem às secretarias de Comunicação (ex-Comunicação Social e Cultura); Planejamento (ex-Planejamento e Projetos Estruturantes); Educação (ex-Educação e Esporte); Cidades (ex-Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas); e Desenvolvimento Sustentável (ex-Desenvolvimento Sustentável e Turismo).

Três autarquias serão extintas: Paraná Turismo, Paraná Edificações e Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE). A primeira será incorporada por um Serviço Social Autônomo, a segunda pela Secretaria das Cidades e a terceira pela Secretaria de Comunicação Social e o Serviço Social Autônomo E-Paraná.

Na nova reforma, duas estruturas administrativas que possuem natureza jurídica diversa das que estão em uso atualmente passarão por alterações administrativas, mantendo todas as características atuais: a Biblioteca Pública do Paraná passará a ser uma Diretoria dentro da Secretaria de Cultura e o Colégio Estadual do Paraná (CEP) passa a integrar a Secretaria de Educação como mais uma unidade educacional da Pasta. Outra mudança é que a Secretaria de Administração e da Previdência passa a fazer parte da Governadoria.

O projeto de lei ainda cria, no âmbito da Casa Civil, o Comitê de Governança Fiscal – CGF, colegiado de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de prestar apoio ao governador na condução da política fiscal do Estado.

"Governar é evoluir e chegamos ao momento de organizar mudanças. Queremos que as famílias paranaenses sejam atendidas cada vez mais rápido. Em 2019 reorganizamos a estrutura, estabelecemos novas diretrizes, mas podemos potencializar ainda mais os investimentos na área social e incorporar programas mais relevantes de desenvolvimento sustentável e tecnológico, algumas das áreas mais desafiadoras dos próximos anos", disse o governador Carlos Massa Ratinho Junior.